



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação *Lato Sensu*

Saúde pública

Sumário

| | |
|---|----|
| 1. Nome do Curso e Área do Conhecimento | 2 |
| 2. Características Técnicas do Curso | 2 |
| 3. Público Alvo..... | 2 |
| 4. Critérios de Seleção | 2 |
| 5. Justificativa do Curso | 3 |
| 6. Objetivos do Curso..... | 3 |
| 7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem | 3 |
| 8. Estágio Não Obrigatório..... | 5 |
| 9. Matriz Curricular | 6 |
| 10. Carga Horária | 7 |
| 11. Conteúdo programático..... | 7 |
| 12. Infraestrutura Física e Pedagógica..... | 21 |

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Saúde pública

Área de Avaliação (CAPES): Saúde Coletiva

Grande Área (CAPES): Ciências da Saúde (4.00.00.00-1)

Área do Conhecimento (CAPES): Saúde Coletiva (4.06.00.00-9)

Classificação OCDE: 07 Saúde e Bem-estar Social

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 100 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, com duração de 10 meses.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

O curso destina-se aos portadores de Diploma de Curso Superior reconhecido nas áreas relacionadas à saúde entre eles: Enfermeiros, Farmacêuticos, Médicos, Fisioterapeutas, Nutricionistas, Psicólogos, Fisioterapeutas, Odontólogos, Assistentes Sociais, Gestores Públicos, Administradores Hospitalares e demais profissionais de nível superior da área de saúde e áreas afins.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do Curso

Nas últimas décadas, o mercado de trabalho apresentou crescimento significativo, principalmente nos serviços de saúde. A atuação dos profissionais dos serviços públicos tem sido cada vez mais relevante no tocante a reorganização das práticas sanitárias do nosso país.

Neste cenário, questões como cidadania, melhoria da qualidade na atenção à saúde, aumento dos direitos dos consumidores, são cada vez mais debatidas com os usuários. Sendo assim, os profissionais destes serviços, tem o compromisso em buscar alternativas para construção de um sistema de saúde resolutivo, humanizado e de boa qualidade.

O propósito deste curso de Pós-Graduação Lato Sensu é contribuir para qualificação técnico-político a todos sujeitos envolvidos, tornando-os agentes de mudança do modelo assistencial, através de ações que o estimulem ao pensamento crítico e reflexivo do processo saúde-doença.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- Capacitar profissionais da área de saúde e áreas afins, para atuarem como agentes transformadores dentro do Sistema de Saúde, objetivando a prevenção e a promoção da saúde.

6.2. Objetivos Específicos

- Aplicar a epidemiologia no planejamento, organização e operacionalização das atividades em saúde;
- Proporcionar reflexão crítica sobre a prática pedagógica nos processos de capacitação dos Serviços de Saúde;
- Expandir as fronteiras do conhecimento, levando a educação de qualidade aos mais remotos pontos do país, por meio da Educação a Distância.

7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

No ambiente virtual o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizado em 4 ou 8 aulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades:

- ✓ Leitura de textos de fundamentação teórica.
- ✓ Acesso às videoaulas.
- ✓ Aprofundamento dos seus conhecimentos, acessando elementos extratextuais.

- ✓ Realização de questões de autoestudo, para verificação de seu desempenho.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas, por meio de ferramentas de comunicação.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação

Ele, também, deverá se submeter a uma prova presencial (1ª chamada) por disciplina e ao seu desempenho será atribuída uma nota. Essa prova presencial será agendada pelo aluno, respeitando o prazo de até 8 (oito) dias após a data fim da última disciplina de seu curso.

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

A média final do aluno na disciplina será calculada pela nota obtida nas atividades a distância, com peso 4 (quatro), e pela nota obtida na prova realizada presencialmente, com peso 6 (seis).

Para a aprovação na disciplina, o aluno deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento), computada pelo acesso ao ambiente virtual.

Se o aluno perder a 1ª chamada de Prova Presencial, poderá requerer, via sistema ou no polo de apoio, a 2ª chamada da prova, no prazo máximo de até 7 (sete) dias corridos, a contar da data da realização da atividade em questão.

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) terá direito à Avaliação Substitutiva, sendo:

- Disciplinas Específicas: mediante a solicitação de requerimento até 60 (sessenta) dias após a data fim do curso, e substituirá a média do aluno. Ressalta-se que só terá direito à realização da Avaliação Substitutiva o aluno que realizar a Prova de 1ª ou 2ª chamadas. A avaliação substitutiva será realizada no ambiente virtual, sendo que o aluno terá uma única tentativa e um prazo de até 7 (sete) dias, após a compensação do boleto, para realizar a avaliação.
- Disciplina Metodologia da Pesquisa Científica: mediante a solicitação de requerimento, até 8 (oito) dias após a data fim da disciplina, a nota obtida substituirá a média do aluno. A avaliação substitutiva será realizada no ambiente virtual, sendo que o aluno terá uma única tentativa e um prazo de até 7 (sete) dias, após a compensação do boleto, para realizar a avaliação.

O aluno que não realizou a Avaliação de 1ª e 2ª chamadas ou não obteve média igual ou superior a 7,0, após realizar a Avaliação Substitutiva, terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento até o período de duração do curso X 2 (dois) menos 90 dias. O PDR será realizado no ambiente virtual, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas;

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo mínimo 30% (trinta por cento) portadores de título de pós-graduação *strictu sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *strictu sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

8. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que obedeçam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso em conjunto com o professor orientador e também do Departamento de Estágios, devendo conter os seguintes dados:

- I. matrícula regular especificando o semestre;
- II. disciplinas ou habilidades imprescindíveis ao seu desenvolvimento;
- III. atividades a serem desenvolvidas;
- IV. supervisor de campo;
- V. seguradora e apólice de seguro;
- VI. bolsa-auxílio ou contraprestação;
- VII. auxílio-transporte;
- VIII. período de realização;
- IX. período (s) de recesso; e
- X. carga horária diária e semanal.

A orientação de estágio curricular pelo Departamento de Estágios deverá ser realizada por meio de orientação indireta mediante relatórios e, sempre que possível, visitas ao campo de estágio, além da utilização das tecnologias de informação e comunicação para contato das partes envolvidas.

9. Matriz Curricular

| DISCIPLINAS | CARGA HORÁRIA |
|--|---------------|
| Ambientação | 0h |
| Planejamento, programação e informações em saúde pública | 40h |
| Atuação multiprofissional em saúde | 40h |
| Saúde da família | 40h |
| Saúde do idoso | 40h |
| Vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental | 40h |
| Educação permanente em saúde | 40h |
| História e conceitos de saúde pública | 40h |
| Saúde pública e processo saúde/doença | 40h |
| Redes de atenção à saúde pública | 40h |
| Metodologia da pesquisa científica | 40h |
| CARGA HORÁRIA TOTAL | 400h |

10. Carga Horária

A carga horária total do Curso é de 400 horas/aula, sendo estas distribuídas em 10 (dez) disciplinas de 40 horas.

11. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas – SP: Papyrus, 1997.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Planejamento, Programação E Informações Em Saúde Pública

Ementa: O conhecimento do território como instrumento para o planejamento. Planejamento, conceitos básicos. Programação dos serviços de saúde. Conceitos de missão e visão institucional, análise interna e externa, problemas, objetivos e metas. Programação local em saúde. Avaliação como um processo de estruturação e planejamento dos serviços de saúde. A Sala de Situação e outros instrumentos de avaliação.

Objetivo da Disciplina: Capacitar profissionais da área de saúde e áreas afins, sobre Planejamento, Programação e Informações em Saúde Pública, observando a programação dos serviços de saúde, como também a avaliação como um processo de estruturação e planejamento dos serviços de saúde, notificações obtidas através do sistema de informação em Saúde Pública.

Conteúdo Programático 1: O conceito de território e diagnóstico local. Planejamento estratégico, tático e operacional.

Conteúdo Programático 2: Programação local em saúde; Sistemas de avaliação de serviços de saúde pública.

Conteúdo Programático 3: PROGRAB; A Conferência de Saúde na ótica do planejamento em saúde.

Conteúdo Programático 4: A estrutura do DATASUS.

Conteúdo Programático 5: Inquéritos e pesquisas; Indicadores de saúde; Assistência à saúde.

Conteúdo Programático 6: Rede assistencial; Informações sociodemográficas e socioeconômicas.

Conteúdo Programático 7: Saúde suplementar; recursos do SUS; SIOPS.

Conteúdo Programático 8: Transferência a municípios; crédito a prestadores; GAP.

Bibliografia:

AKERMAN, M. & NADANOVSKY, P. (1992) **Avaliação dos serviços de saúde** - avaliar o quê? Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro: 8 (4): 361-66. Out; dez.

MEDINA, M. G. & AQUINO, R., 2002. Avaliando o Programa de Saúde da Família. In: Os Sinais Vermelhos do PSF (M. F. Sousa, org.), pp.135-151, São Paulo: Hucitec.

SIAB. Manual do Sistema de Informação de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde / Secretaria de Assistência à Saúde, **Coordenação de Saúde da Comunidade**, 2000. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ManualSIAB2000.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2015.

Demais referências:

BUENO, Helvécio. **A utilização da sala de situação de saúde no distrito federal**. Brasília: FEPECS, 2005.

CASTRO A. A. Avaliação da Qualidade Da Informação. In: CASTRO A. A. Fiat Lux. Maceió: AAC; 2005.

CONILL, E. M., 2002. Políticas de Atenção Primária e Reformas Sanitárias: Discutindo a Avaliação a Partir da Análise do Programa Saúde da Família em Florianópolis. Santa Catarina: 1994-2000. Cadernos de Saúde Pública, 18 **Suplemento**: 191-202.

KISIL, M. Gestão da Mudança Organizacional. vol 4. São Paulo: Fac. Saúde Pública-USP, 1998. Série saúde & cidadania.

MALIK, A.; SCHIESARI, L. Qualidade na Gestão Local de Serviços e Ações de Saúde. vol 3. São Paulo: Fac. Saúde Pública-USP, 1998. Série saúde & cidadania.

MCCORMICK, J. Evaluating primary care, cap 5 In: Evaluation of health care W.W.Holland, Oxford University Press. 16- Drummond, M.F. (1991) Como avaliar uma política de saúde? Divulgação em Saúde para Debate (CEBES), n. 3: 26-41. **Planejamento em Saúde**, vol 2. Tancredi, F; Lopes Barrios, S; Ferreira, J. São Paulo: Fac. Saúde Pública-USP, 1998. Série Saúde & Cidadania.

NOVAES, H. M. D., 1996. Epidemiologia e Avaliação em Serviços de Atenção Médica: Novas Tendências na Pesquisa. Cadernos de Saúde Pública, 12 **Suplemento 2**: 7-12.

SCHRAIBER, L. B., NEMES, M. I. B., GONÇALVES, R. B. **Saúde do adulto**: programas e ações na unidade básica. São Paulo: Hucitec, 1996.

SENNA, M. C. M., 2002. Equidade e Política de Saúde: Algumas Reflexões sobre o Programa Saúde da Família. Cadernos de Saúde Pública, 18 **Suplemento**: 203-211.aplicabilidade de informações referentes à assistência e à gestão em saúde.

Disciplina: Atuação Multiprofissional em Saúde

Ementa: Bases ético-doutrinárias e organizacionais do Sistema Único de Saúde; Legislação do Sistema Único de Saúde. Composição e funcionamento das equipes vinculadas aos serviços de saúde pública. Normas éticas e legais da atuação do profissional de saúde pública.

Objetivo da Disciplina: Capacitar profissionais da área de saúde e áreas afins, sobre a Atuação Multiprofissional em Saúde, embasados nos aspectos ético-doutrinárias e organizacionais do Sistema Único de Saúde e a relação entre o trabalho multiprofissional em Saúde Pública.

Conteúdo Programático 1: Princípios do Sistema Único de Saúde.

Conteúdo Programático 2: Normas Regulamentadoras do Sistema Único de Saúde.

Conteúdo Programático 3: A estrutura do serviço municipal de saúde.

Conteúdo Programático 4: Composição e Atuação das Equipes de Saúde da Família.

Conteúdo Programático 5: Equipes de Saúde Bucal.

Conteúdo Programático 6: Equipes dos Centros de Atenção Psicossocial; Equipes dos Centros de Especialidades e Farmácia Popular.

Conteúdo Programático 7: Equipes dos Serviços de Internação Domiciliar.

Conteúdo Programático 8: Lei do Exercício Profissional e Códigos de Ética.

Bibliografia:

ARAÚJO, M. B. S.; ROCHA, P. M. Trabalho em equipe: um desafio para a consolidação da estratégia de Saúde de Família, **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 455-64, mar.-abr. 2007.

PEDUZZI, M. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 103-9, 2001.

Demais referências:

BOURGET, M. M. M. (org.). *Estratégia Saúde da Família: a experiência da equipe de reabilitação*. São Paulo: Martinari, 2008. p. 43-59.

FEUERWERKER L. Modelos tecnoassistenciais, gestão e organização do trabalho em saúde: nada é indiferente no processo de luta para a consolidação do SUS. *Interface: comunicação, saúde, educação*, Botucatu, v. 9, n. 18, p. 489-506, set.-dez. 2005.

FURTADO, J. P. Equipes de referência: arranjo institucional para potencializar a colaboração entre disciplinas e profissões. *Interface: comunicação, saúde, educação*, Botucatu, v. 11, n. 22, p. 239-255, maio-ago. 2007.

GIL, C. R. R. Formação de recursos humanos em saúde da família: paradoxos e perspectivas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n.2, p. 490-498, mar.-abr. 2005.

NUNES, E. D. Pós-graduação em Saúde Coletiva no Brasil: histórico e perspectivas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 13-38, 2005.

PEREIRA, A. L. F. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p.1527- 1534, set.-out. 2003.

PERRENOUD, P. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PIERANTONI, C. R.; VARELLA, T. C.; FRANÇA, T. Recursos humanos e gestão do trabalho em saúde: da teoria à prática. *Cadernos RH Saúde*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 27-38, 2006.

RONZANI, T. M.; SILVA, C. M. O Programa Saúde da Família: segundo profissionais de saúde, gestores e usuários. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 23-34, jan.-fev. 2008.

Disciplina: Saúde da Família

Ementa: Saúde da família e atenção básica como conceitos estruturantes do SUS. Estratégias e Ação. Análise das diversas estruturas familiares e sua relação com o processo saúde/doença. Intersetorialidade.

Objetivo da Disciplina: Capacitar profissionais da área de saúde e áreas afins, sobre a atenção básica como conceitos estruturantes do SUS, apresentando através de análise das estruturas familiares assistidas pelo programa da Saúde da Família em toda sua essência.

Conteúdo Programático 1: Definição de Estratégia Saúde da Família; Delimitação do núcleo familiar.

Conteúdo Programático 2: Ações, abrangência, infraestrutura da Equipe de Saúde da Família. A Estratégia Saúde da Família frente à Reorientação da Atenção Básica.

Conteúdo Programático 3: Diretrizes e indicadores da saúde do Adulto; Princípios e práticas de redução da mortalidade do adulto, assistência integral à saúde do adulto,

Conteúdo Programático 4: O Programa Melhor em Casa, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Conteúdo Programático 5: O Programa de Saúde do Homem.

Conteúdo Programático 6: Doenças prevalentes no adulto: especificidade de gênero. Saúde do adulto com ênfase na saúde do trabalhador. Doenças evitáveis e doenças precocemente identificáveis (câncer ginecológico; câncer de próstata).

Conteúdo Programático 7: Programa Academias da Saúde.

Conteúdo Programático 8: Sinais e sintomas frequentes e/ou de risco no adulto, que caracterizam patologias mais pertinentes ao adulto, como distúrbios metabólicos, tubérculos hipertensão arterial patologias do trato respiratório mais frequente, hanseníase e dermatoses mais comuns, DST/AIDS, e outros).

Bibliografia:

COSTA NETO, Milton Menezes da. **A implantação da unidade de saúde da família**. Brasília: MS, 2000. 44p. (CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA – PSF, Caderno 1).

PARAÍBA. **Curso Introdutório ao PSF: A Prática da Vigilância em Saúde**. João Pessoa: UFPB/ NESC/ Pólo e SES/PB – PACS/PSF, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Prevenção clínica de doença cardiovascular, cerebrovascular e renal crônica**. CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA, n.14.

Ministério da Saúde. **Secretaria de atenção à Saúde**. Departamento de Atenção Básica: Brasília, 2006. Disponível em: http://dtr2004.saude.gov.br/dab/documentos/cardernos_ab/documentos/abcad14.pdf. Acesso em: 27 mai. 2015.

SCHIMITH, Maria Denise; LIMA, Maria Alice Dias da Silva. Acolhimento e Vínculo em uma Equipe do Programa Saúde da Família. **Cadernos De Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1487-1494, nov-dez 2004.

Demais referências:

BITOUN, Jan. A Política de Saúde e as Inovações na Gestão Local. **Cidadania, Cidade é Notícia**. Recife: Etapas, 2000. V. 4, (Abril/Maio).

BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - Departamento de Gestão da Educação na Saúde Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Livro 4 - SAÚDE DO ADULTO (PROFAE) - **Programa Saúde da Família**. Revista Saúde Pública. v. 35, n. 3, p. 303-311, jun.2001.

SCHRAIBER, L. B.; NEMES, M. I. B.; MENDES-GONÇALVES, R. B. Saúde do Adulto: NASCIMENTO, Maristella Santos; NASCIMENTO, Maria Ângela Alves do. **Prática da enfermeira no programa de saúde da família**: a interface da vigilância da saúde versus as ações programáticas em saúde. Cadernos de Saúde Coletiva, v.10, n. 2, p. 333 – 345. 2005

SENNA, D.M.; ANTUNES, E.H. Abordagem da Família (a Criança, o Adolescente, o Adulto e o Idoso no contexto da Família) in Manual de Condutas Médicas / PSF IDS/USP/Ministério da Saúde. Brasil, 2002.

Disciplina: Saúde do Idoso

Ementa: Compreensão do envelhecimento na sociedade moderna. Epidemiologia do envelhecimento. Transições demográficas do envelhecimento. Políticas de Saúde do Idoso. Determinantes biológicos e sociais envolvidos no processo de envelhecimento. Repercussões biológicas e fisiológicas do envelhecimento. Principais. Avaliação funcional do idoso. Prevenção, promoção, reabilitação e cuidadores de idosos. Ações interdisciplinares no cuidado do idoso na Estratégia de Saúde da Família.

Objetivo da Disciplina: Capacitar profissionais da área de saúde e áreas afins, na compreensão do envelhecimento na sociedade moderna, estudando e analisando a epidemiologia do envelhecimento em todos os seus fatores que envolvem a saúde pública.

Conteúdo Programático 1: Idoso- processo do envelhecimento.

Conteúdo Programático 2: Promoção à saúde idosa.

Conteúdo Programático 3: Condições de vida e de saúde da pessoa idosa.

Conteúdo Programático 4: Fatores de risco à saúde de vida do idoso.

Conteúdo Programático 5: Fatores de risco à de qualidade de vida do idoso

Conteúdo Programático 6: Causas de morbi-mortalidade do idoso no Brasil.

Conteúdo Programático 7: Ações interdisciplinares no cuidado do idoso na Estratégia de Saúde da Família.

Conteúdo Programático 8: Diagnósticos e tratamentos das principais patologias de saúde do idoso no Brasil.

Bibliografia:

DUNCAN B., SCHIMIDT M.I., GIULIANI E.R.J. **Medicina ambulatorial:** Conduas de Atenção Primária Baseada em Evidências. 3. Ed. Artmed: Porto Alegre, 2004.

MANDÚ ENT. Trajetória Assistencial no Âmbito da Saúde Reprodutiva e Sexual - Brasil, século XX. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 2002; 10(3): 358-71.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde da criança. **Hospital Amigo da Criança** [online] Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/sps/areastecnicas/scrianca/aleitamento/iniciativa.html>>. Acesso em: 27 mai. 2015.

PRAÇA NS, Latorre MRDO, HERST N. Fatores Associados à Percepção de Risco de Infecção pelo HIV por Puérperas Internadas. **Revista de Saúde Pública**, 2003 37(5): 543-51

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. Adolescentes, Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. Dossiê. Belo Horizonte: **Rede Feminista de Saúde**, 2004. 38p. [online] Disponível em <<http://www.redesaude.org.br>>. Acesso em: 27 mai. 2015

Demais referências:

MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE. **Área Técnica de Saúde da Mulher.** Parto, Aborto e Puerpério: Assistência Humanizada à Mulher. Brasília. (DF); 2001.

Disciplina: Vigilância Epidemiológica, Sanitária e Ambiental

Ementa: O raciocínio epidemiológico. Epidemiologia descritiva e analítica. Indicadores de saúde. Sistemas de informações em saúde. Vigilância epidemiológica das doenças de notificação obrigatória. Programa Nacional de Imunização. Sistema Nacional, objetivos e funções da vigilância Epidemiológica. A vigilância sanitária e ambiental no contexto da área de abrangência da Unidade de Saúde da Família. A contribuição das ações de vigilância Sanitária e Ambiental na promoção da saúde e prevenção de doenças.

Objetivo da Disciplina: Capacitar profissionais da área de saúde e áreas afins, sobre a ciência que é Epidemiologia apontando sua razão dentro da saúde pública, com a atuação na vigilância epidemiológica e sanitária na Saúde Pública.

Conteúdo Programático 1: Coeficientes de morbidade e de mortalidade.

Conteúdo Programático 2: Doenças de notificação compulsória, coberturas e identificação de zonas endêmicas e epidêmicas.

Conteúdo Programático 3: Programa Nacional de Controle da Dengue.

Conteúdo Programático 4: Estrutura da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Conteúdo Programático 5: Resoluções da Diretoria Colegiada nas áreas de meio ambiente, produção e circulação de bens e prestação de serviços de interesse à saúde.

Conteúdo Programático 6: Sistemas de Inspeção Municipal, Estadual e Federal.

Conteúdo Programático 7: Controle de zoonoses.

Conteúdo Programático 8: A vigilância sanitária e ambiental no contexto da área de abrangência da Unidade de Saúde da Família.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.399, de 15 de dezembro de 1999. Regulamenta a NOB SUS 01/96 no que se refere às competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, na área de epidemiologia e controle de doenças, define a sistemática de financiamento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, v.137, n.240, p.20-E, 16 dez. 1999. Seção 1.

CARVALHO, D.M.; WERNECK, G.L. **Vigilância epidemiológica:** história, conceitos básicos e perspectivas. In: Textos de apoio em vigilância epidemiológica. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1998. p.17-31.

NOVAES, H. M. D., 1996. **Epidemiologia e avaliação em serviços de atenção médica:** Novas Tendências na Pesquisa. Cadernos de Saúde Pública, 12 (Suplemento 2): 7-12.

Demais referências:

BARATA, R. C. B. **O desafio das doenças emergentes e a revalorização da epidemiologia descritiva.** Informe Epidemiológico do SUS 1999; 8(1): 7-15.

COHEN, D. D, FRANÇA JÚNIOR, I. A vigilância epidemiológica na Unidade Básica de Saúde. In: SCHRAIBER, L.B., NEMES, M.I.B., MENDES GONÇALVES, R.B. organizadores. **Saúde do adulto:** programas e ações na unidade básica. São Paulo: Hucitec; 1996. p.209-221.

COSTA, E. A. **Vigilância sanitária:** proteção e defesa da saúde. São Paulo: Hucitec/Sobravime, 1999.

CPqAM. Proposta de Implantação de um Sistema de Informações Geográficas para apoio ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde / Programa de Saúde da Família. Recife. **Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães**, 1999. Disponível em: <<http://www.geosaude.cict.fiocruz.br/relatorios.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2015.

EDUARDO, M. B. P. **Vigilância sanitária.** São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. Vol. 8. (Série Saúde & Cidadania).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro: IBGE; 2000. Versão preliminar.

Mendes, E. V. **Uma agenda para a saúde.** São Paulo: Hucitec; 1996.

Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Normas para pesquisa envolvendo seres humanos.** Brasília: MS; 2000.

Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Guia de vigilância epidemiológica**. Brasília: FNS; 1998.

ROSENFELD, S.(org.). **Fundamentos da vigilância sanitária**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

UNGLERT, CVS. Territorialização em Sistemas de Saúde. In: Mendes, EV (org) **Distritos sanitários: processo social de mudanças nas práticas sanitárias para o Sistema Único de Saúde**. São Paulo: Hucitec, 1993.

Disciplina: Educação Permanente em Saúde

Ementa: A educação permanente como modelo de inversão do desenvolvimento das equipes e das práticas em Saúde Pública. Organização e processo de trabalho dos Polos de Educação Permanente em Saúde. Diretrizes doutrinárias e financiamento da Educação Permanente em Saúde.
Objetivo da Disciplina: Capacitar profissionais da área de saúde e áreas afins, sobre o processo de educação permanente em saúde, na qualificação profissional e na capacitação e organização permanente no processo de trabalho do profissional que atua em saúde pública.

Conteúdo Programático 1: A educação permanente como modelo de inversão do desenvolvimento das equipes e das práticas em Saúde Pública.

Conteúdo Programático 2: Educação Permanente em Saúde.

Conteúdo Programático 3: Sujeitos do processo de educação permanente.

Conteúdo Programático 4: Os Polos de Educação Permanente em Saúde.

Conteúdo Programático 5: Organização e processo de trabalho dos Polos de Educação Permanente em Saúde.

Conteúdo Programático 6: Diretrizes doutrinárias da Educação Permanente em Saúde.

Conteúdo Programático 7: Financiamento da Educação Permanente em Saúde.

Conteúdo Programático 8: Processo continuado em Educação Permanente em Saúde.

Bibliografia:

BRASIL. Portaria Nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, n. 162, 22 ago. Seção 1. 2007.

CECCIM R.B. Educação Permanente em Saúde: de descentralização e disseminação da capacidade pedagógico na saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva**. 2005; 10(4): 975-86.

PEDROSO, V.G. Aspectos conceituais sobre educação continuada e educação permanente em saúde. **Mundo Saúde**. 2005; 29(1): 88.

Demais referências:

BRASIL. **Portaria Nº 399**, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do referido Pacto. **Diário Oficial da União**. Brasília, n. 39, p. 43-51, 23 fev. Seção 1. 2006.

BRASIL. **Portaria Nº 699**, de 30 de março de 2006. Regulamenta as Diretrizes Operacionais dos Pactos Pela Vida e de Gestão. Brasília, n. 64, p. 49, 3 abr. Seção 1. 2006.

CELLARD, A. A análise documental. In: Poupart J, et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes; 2008.

MINAYO, MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11ed. São Paulo: Hucitec; 2008.

NICOLLETO, S.C.S., Mendonça FF, Bueno VLRC, Brevilheri ECL, Almeida DCS, Rezende LR, et al. Polos de educação permanente em saúde: uma análise da vivência dos atores sociais no norte do Paraná. *Interface*. 2009; 13(30): 209-19.

OLIVEIRA, M.M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes; 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES). **Portal da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina** [acessado 28 Nov. 2010]. Disponível em: <<http://www.saude.sc.gov.br>>. Acesso em: 27 mai. 2015.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Ed. Bookman; 2005.

Disciplina: História e Conceitos de Saúde Pública

Ementa: Dimensões históricas e sociais da Saúde Pública no Brasil. Surgimento e desenvolvimento. Análise das Políticas de Saúde Pública em relação aos arranjos institucionais configurados no Brasil. As relações entre Estado e Sociedade. A organização e funcionamento do SUS. Temas conjunturais e tendências de reformas no setor saúde.

Objetivo da Disciplina: Capacitar profissionais da área de saúde e áreas afins, sobre pontos relevantes no contexto histórico da saúde pública no Brasil, abordando conceitos e análise das políticas de Saúde Pública, e principalmente a organização e funcionamento do SUS.

Conteúdo Programático 1: Brasil Colônia; Império.

Conteúdo Programático 2: Primeira República; Era Vargas.

Conteúdo Programático 3: Saneamento dos portos; Sanitarismo Campanhista.

Conteúdo Programático 4: Segunda República; Regime Militar.

Conteúdo Programático 5: Nova República. Aspectos relevantes das políticas públicas de saúde.

Conteúdo Programático 6: Lei Eloy Chaves; IAPs; Aspectos relevantes das políticas públicas de saúde.

Conteúdo Programático 7: INPS; Reforma Sanitária; Aspectos relevantes das políticas públicas de saúde.

Conteúdo Programático 8: Sistema Único de Saúde, A organização e funcionamento do SUS.

Bibliografia:

FERREIRA, A. A. L. **A História das Ciências e a Nova História: Índícios para os Estudos Históricos no Campo da Saúde.** CADERNOS DE SAÚDE COLETIVA, v. 13 (2), p.471-492, 2004.

HERZLICH, Claudine. **Fragilidade da Vida e Desenvolvimento das Ciências Sociais no Campo da Saúde.** Physis. **REVISTA DE SAÚDE COLETIVA.** Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.193-203, 2005. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 27 mai. 2015.

TERRIS, Milton. As Relações Dinâmicas da Epidemiologia com a Sociedade: A Conferência Robert Cruikshank. **CADERNOS DE SAÚDE COLETIVA.** Rio de Janeiro, v.XIII, n. 2, p. 545 – 566 2005.

Demais referências:

COSTA, J. F. **O uso do corpo como objeto transicional:** o vestígio e a aura. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MARTINS, A. Novos Paradigmas e Saúde In Physis. **REVISTA DE SAÚDE COLETIVA,** v.9, n.1. Rio de Janeiro: IMS/Eduerj, 1999. p.83-112.

ROSEN, George. **Da polícia médica à medicina social.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996

Disciplina: Saúde Pública e Processo Saúde/Doença

Ementa: Aspectos conceituais do processo saúde/doença e sua evolução histórica. Relações individuais e institucionais e sua impactação no processo de adoecimento da população.

Objetivo da Disciplina: Capacitar profissionais da área de saúde e áreas afins, sobre os aspectos conceituais processo saúde/doença e sua evolução histórica e o processo de adoecimento populacional.

Conteúdo Programático 1: Conceitos e definições de saúde e doença.

Conteúdo Programático 2: Teoria Miasmática.

Conteúdo Programático 3: Unicausalidade.

Conteúdo Programático 4: Multicausalidade.

Conteúdo Programático 5: Determinantes sociais.

Conteúdo Programático 6: Iniquidades.

Conteúdo Programático 7: Princípios do Sistema Único de Saúde.

Conteúdo Programático 8: Normas Regulamentadoras do Sistema Único de Saúde.

Bibliografia:

CARNEIRO, M. L. M. **A bioenergia como caminho: do processo saúde-doença ao processo saúde-enfermidade**. São Paulo, 1999. 198 p. Tese (Doutorado) Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.

LEAVELL, Hugh & CLARK, Edwin G. **Medicina preventiva**. São Paulo: McGrawHill do Brasil, 1977.

PIRES FILHO, Fernando Molinos. **O que é Saúde Pública?** Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 3(1), 1987.

Demais referências:

MINAYO, M. C. S. Saúde-Doença: Uma Concepção Popular da Etiologia. **Cadernos de Saúde Pública**. RJ, v.4:363-381, 1988.

PEREIRA, M. G. **Epidemiologia: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1994.

ROUQUAYROL, M.Z. **Epidemiologia e saúde**. Rio de Janeiro: Medsi, 1999.

STARFIELD, B. **Atenção primária à saúde: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002.

Disciplina: Redes de Atenção à Saúde

Ementa: A Rede de Atenção à Saúde e suas relações com as equipes de Saúde Pública. Reorganização dos fluxos de referência e contra referência nas esferas municipal, regional e estadual.

Objetivo da Disciplina: Capacitar profissionais da área de saúde e áreas afins, sobre a Rede de Atenção à Saúde e suas relações com as equipes de Saúde Pública, e a reorganização de fluxos de referência e contra referência nas esferas municipal, regional e estadual.

Conteúdo Programático 1: O conceito de Rede de Atenção em Saúde.

Conteúdo Programático 2: Princípios norteadores das Redes de Atenção à Saúde. A relação das redes com as ações de atenção básica.

Conteúdo Programático 3: Políticas norteadoras das Redes de Atenção à Saúde

Conteúdo Programático 4: Organização das Redes na esfera municipal.

Conteúdo Programático 5: Organização das Redes na esfera regional.

Conteúdo Programático 6: Organização das Redes na esfera macro regional.

Conteúdo Programático 7: Organização das Redes na esfera estadual.

Conteúdo Programático 8: Reorganização dos fluxos de referência e contra referência nas esferas municipal, regional e estadual.

Bibliografia:

ANDRADE, M.V. et al. **Análise da eficiência hospitalar no estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2007.

M.G. & MOYSÉS, S.J. **Curitiba: a saúde de braços abertos**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - Prevenção de doenças crônicas: um investimento vital. Brasília, **Organização Pan-Americana da Saúde**/Public Health Agency of Canadá, 2005.

Demais referências:

CAMINAL, J. et al. **The role of primary care in preventing ambulatory care sensitive conditions**. Eur. J. Public Health, 14: 246-251 2004.

FERNÁNDEZ, J.M.D. **Los sistemas integrados de salud: un modelo para avanzar trans completar las transferencias**. Barcelona, B & F Gestión y Salud, 2003.

JIMENEZ, E.J.B. et al. Avançando na atenção materno-infantil: programa Mãe. Curitiba. In: DUCCI, L, PEDOTTI, M.A., SIMÃO, M.G. & MOYSÉS, S.J. Curitiba: a saúde de braços abertos. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde, 2001.

JOINT COMISSION ON ACCREDITATION OF HEALTHCARE ORGANIZATIONS. **Comprehensive accreditation manual for integrated delivery systems**. Oakbrook Terrace Illinois: Joint Commission Resources, 2004.

MENDES, E.V. **A atenção primária à saúde no SUS**. Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2002.

SCHNEIDER, A.L. et al. **Informatização dos processos de trabalho em Curitiba: a história do cartão qualidade-saúde de Curitiba**. In: DUCCI, L, PEDOTTI, M.A., SIMÃO, CAJIGAS, B.E. - Política de prestación de servicios de salud. Bogotá, Primer Forum Internacional de Redes de Servicios y Ordenamiento Territorial en Salud. Secretaria de Salud de Bogotá/Organización Panamericana de la Salud, 2003.

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica

Ementa: A disciplina aborda os diferentes conhecimentos que circulam entre as pessoas e a origem de sua produção; aprofunda-se no conhecimento científico ao tratar do conceito de verdade, da compreensão histórica da ciência e de sua natureza e métodos. Aborda ainda as características de um projeto de pesquisa, do seu desenvolvimento e do relatório de apresentação dos resultados, sempre pautadas pela ética do pesquisador.

Objetivo da disciplina: Distinguir as características dos diferentes tipos de conhecimento. Compreender como o conhecimento científico é produzido. Elaborar um projeto de pesquisa. Desenvolver um projeto de pesquisa. Elaborar um relatório de pesquisa na forma de um artigo científico. Adotar as normas acadêmicas no desenvolvimento da sua pesquisa. Seguir os princípios éticos de um pesquisador rigoroso.

Conteúdo Programático 1: Entendimento do conceito e do universo da ciência em suas diversas acepções. Apresentação dos aspectos importantes da origem do saber científico.

Conteúdo Programático 2: Entendimento do conceito e do universo da ciência em suas diversas acepções. Reflexão sobre a idealização da ciência como esfera da verdade. Apresentação dos aspectos importantes do pensamento científico.

Conteúdo Programático 3: Apresentação dos autores e aspectos das suas obras que contribuíram para o surgimento do pensamento científico. Reflexão da visão geral dos dois pilares fundamentais do pensamento científico moderno. Identificação das perspectivas divergentes da metodologia e da filosofia das ciências naturais e sociais presentes nos debates contemporâneos.

Conteúdo Programático 4: Identificação da taxonomia das pesquisas nas Ciências quanto ao seu enfoque e quanto aos seus objetivos. Apresentação da natureza, o valor e a utilidade desses estudos.

Conteúdo Programático 5: Identificação da taxonomia das pesquisas nas ciências quanto à natureza, os procedimentos de coleta e às fontes de informação. Conhecimento da natureza, o valor e a utilidade desses tipos de pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprimoramento e estruturação formal do processo de pesquisa. Apresentação dos elementos constitutivos de um projeto de pesquisa científica. Obtenção de um *checklist* de planejamento de projeto.

Conteúdo Programático 7: Reconhecimento dos relatórios de resultados de pesquisas acadêmicas. Compreensão dos elementos que integram um relatório de pesquisa. Obtenção de um *checklist* para avaliação da própria pesquisa e para a redação de relatório.

Conteúdo Programático 8: Reflexão sobre a ética e a integridade na prática da pesquisa científica. Identificação das modalidades de fraude ou má conduta em publicações. Conhecimento das diretrizes para a boa conduta em publicações.

Bibliografia:

APPOLINARIO, Fábio. **Metodologia da Ciência:** filosofia e prática de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning. 2012.

BELL, Judith. **Projeto de pesquisa:** guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Tradução: Magda França Lopes. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FURTADO, José Augusto P. X. **Trabalhos acadêmicos em Direito e a violação de direitos autorais através de plágio.** Site: Jus Navigandi, 09/2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/3493/trabalhos-academicos-em-direito-e-a-violacao-de-direitos-autorais-atraves-de-plagio>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

GLASER, André. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Valinhos: Anhanguera Educacional, 2014. Disponível em: <www.anhanguera.com>. Acesso em: 21 jan. 2018.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

SAMPIERI, Roberto Hernández, COLLADO, Carlos Hernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. Tradução: Fátima Conceição Murad, Melissa Kassner, Sheila Clara Dystyler Ladeira. 3 ed. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.

Bibliografia complementar:

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2000.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib et. al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: Educ, 2001.

BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Netto. (organizadores) **A Bússola do Escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odaír; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CNPq. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq. Disponível em <http://www.memoria.cnpq.br/normas/lei_po_085_11.htm>. Acesso em: 21 jan. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa** [organizado por] e; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MALVEZZI, Mariana. **Política Identitária Verde: uma questão de emancipação**. 2011. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. São Paulo, 2011.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Tradução: Luciene de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

12. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

